

LEI Nº 1901, DE 22 DE AGOSTO DE 2016

**FIXA OS SUBSÍDIOS DO
PREFEITO, VICE-PREFEITO,
CONTROLADOR GERAL INTERNO
E SECRETÁRIOS MUNICIPAIS,
PARA OS EXERCÍCIOS DE 2017 A
2020 E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS.**

**O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA MARIA DE JETIBÁ, ESTADO
DO ESPÍRITO SANTO.**

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. Os subsídios mensais dos agentes políticos do Poder Executivo Municipal, para o período de 1º de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2020, são fixados nos seguintes valores:

I – Prefeito Municipal.....R\$	
18.000,00	
II	–
Prefeito.....R\$	9.000,00
	Vice-
III – Controlador Geral Interno.....R\$	
9.000,00	
IV – Secretários.....R\$	
6.500,00	

Art. 2º. Aos agentes políticos relacionados nos Incisos I, II, III e IV, serão devidos um décimo terceiro subsídio, a ser pago no mês do aniversário do agente político, correspondendo ao valor integral do subsídio, vigente no mês do pagamento.

Art. 3º. Os subsídios serão reajustados pelos mesmos percentuais aplicados para a atualização dos salários, vencimentos, proventos dos servidores ativos e inativos do município, com reposições inflacionárias à partir do mês de maio/2016, exceto eventuais aumentos reais, acima dos índices inflacionários.

Art. 4º. As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias a serem obrigatoriamente incluídas nas Leis Orçamentárias dos exercícios fiscais de 2017 a 2020.

Art. 5º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação e os seus efeitos à partir de 1º de janeiro de 2017.

Art. 6º. Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Santa Maria de Jetibá-ES, 22 de Agosto de 2016.

ARCÍLIO AGNER
Prefeito Municipal em exercício

Este texto não substitui o original publicado e arquivado na Câmara Municipal de Santa Maria de Jetibá.

LEI Nº 1971, DE 16 DE MAIO DE 2017

**CONCEDE REPOSIÇÃO SALARIAL
SOBRE A REMUNERAÇÃO DOS
SERVIDORES PÚBLICOS E DOS
SUBSÍDIOS DOS AGENTES
POLÍTICOS MUNICIPAIS DE
SANTA MARIA DE JETIBÁ.**

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA MARIA DE JETIBÁ, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO.

Faço saber a todos os habitantes do Município de Santa Maria de Jetibá-ES, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a conceder reposição dos salários, vencimentos e proventos do pessoal e dos subsídios dos Secretários Municipais e demais Agentes Políticos de acordo com o [Art. 3º da Lei Municipal 1507/2012](#), no percentual de 3,99% (Três virgula noventa e nove por cento).

Parágrafo Primeiro. O percentual descrito no caput repõe integralmente a inflação apurada pelo INPC/IBGE, no período de maio/2016 a abril/2017.

Parágrafo Segundo. O Poder Executivo Municipal fica autorizado a conceder a revisão de que trata o caput deste artigo, referente á inflação apurada no período de maio/2016 a abril/2017, nos seguintes termos:

I. No mês de maio/2017 o percentual equivalente a 2,00% (dois por cento);

II. No mês de agosto/2017 o percentual equivalente a 1,99% (um virgula noventa e nove por cento);

Parágrafo Terceiro. Somente serão concedidos os percentuais previstos no parágrafo anterior, se mantidos os mesmos níveis de comportamento e evolução da receita municipal;

Art. 2º. A revisão geral dos salários, vencimentos e proventos alcança todos os servidores públicos do município de Santa Maria de Jetibá, da administração direta e indireta, dos Poderes Executivo e Legislativo Municipal, incluindo ativos, inativos, pensionistas, contratados temporariamente, comissionados e também os agentes políticos vinculados aos Poderes Executivo e Legislativo Municipal, em conformidade com o disposto no Art. 37, Inc. X da Constituição Federal.

Art. 3º. As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias específicas, previstas na Lei Orçamentária em execução no corrente exercício fiscal.

Art. 4º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos à partir de 1º de maio de 2017.

Art. 5º. Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Santa Maria de Jetibá, ES, 16 de Maio de 2017.

HILÁRIO ROEPKE
Prefeito Municipal

Este texto não substitui o original publicado e arquivado na Câmara Municipal de Santa Maria de Jetibá.

LEI Nº 2096, DE 26 DE JUNHO DE 2018**CONCEDE REVIS O GERAL DA
REMUNERAÇ O DOS
SERVIDORES PÚBLICOS E DOS
SUBSÍDIOS DOS AGENTES
POLÍTICOS MUNICIPAIS DE
SANTA MARIA DE JETIBÁ.**

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA MARIA DE JETIBÁ, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. Faço saber a todos os habitantes do Município de Santa Maria de Jetibá que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a conceder revisão geral dos salários, vencimentos e proventos do pessoal e dos subsídios dos Secretários Municipais e demais Agentes Políticos de acordo com o [Art. 3º da Lei Municipal 1901/2016](#) (lei que fixa os subsídios), no percentual de 1,69% (um vírgula sessenta e nove por cento); a partir de 1º de Maio de 2018.

Parágrafo Único. O percentual descrito no caput repõe integralmente a inflação apurada pelo INPC/IBGE, no período de maio de 2017 a abril de 2018.

Art. 2º A revisão geral dos salários, vencimentos e proventos alcança todos os servidores públicos municipais da administração direta e indireta, dos Poderes Executivo e Legislativo Municipal, incluindo ativos, inativos, pensionistas, contratados temporariamente, comissionados e também os agentes políticos vinculados aos Poderes Executivo e Legislativo Municipal, em conformidade com o disposto no Art. 37, Inc. X da Constituição Federal.

Art. 3º Fica ainda o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a conceder aumento real aos servidores públicos municipais no montante de 2% (dois por cento) no mês de outubro de 2018, 1,5% (um vírgula cinco por cento) no mês de maio de 2019 e mais 1,5% (um vírgula cinco por cento) no mês de outubro de 2019.

Parágrafo único. O aumento real tratado no presente artigo não se aplica aos subsídios do prefeito, vice-prefeito, secretários, controlador, demais agentes políticos e salários referentes à cargos em comissão.

Art. 4º As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias específicas, previstas na Lei Orçamentária em execução no corrente exercício fiscal.

Art. 5º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos à partir de 1º Maio de 2018.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Santa Maria de Jetibá-ES, 26 de Junho de 2018.

**HILÁRIO ROEPKE
PREFEITO MUNICIPAL**

Este texto não substitui o original publicado e arquivado na Prefeitura Municipal de Santa Maria de Jetibá.

LEI Nº 2196, DE 14 DE MAIO DE 2019

**CONCEDE REVIS O GERAL DA
REMUNERAÇ O DOS
SERVIDORES PÚBLICOS E DOS
SUBSÍDIOS DOS AGENTES
POLÍTICOS MUNICIPAIS DE
SANTA MARIA DE JETIBÁ.**

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA MARIA DE JETIBÁ, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a conceder revisão geral dos salários, vencimentos e proventos do pessoal e dos subsídios dos Secretários Municipais e demais Agentes Políticos, de acordo com o [Art. 3º](#) da Lei Municipal 1901/2016 (Lei que fixa os subsídios), no percentual de 5,07% (cinco ponto zero sete por cento), a partir de 1º de Maio de 2019.

Parágrafo Único. O percentual descrito no caput repõe integralmente a inflação apurada pelo INPC/IBGE, no período de Maio de 2018 a Abril de 2019.

Art. 2º A revisão geral dos salários, vencimentos e proventos alcança todos os servidores públicos municipais da administração direta e indireta, dos Poderes Executivo e Legislativo Municipal, incluindo ativos, inativos, pensionistas, contratados temporariamente, comissionados e também os agentes políticos vinculados aos Poderes Executivo e Legislativo Municipal, em conformidade com o disposto no Art. 37, Inc. X da Constituição Federal.

Art. 3º As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias específicas, previstas na Lei Orçamentária em execução no [corrente exercício fiscal](#).

Art. 4º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de 1º Maio de 2019.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Santa Maria de Jetibá-ES, 14 de Maio de 2019.

**HILÁRIO ROEPKE
PREFEITO MUNICIPAL**

Este texto não substitui o original publicado e arquivado na Câmara Municipal de Santa Maria de Jetibá.

**CONCEDE REVISÃO GERAL DA REMUNERAÇÃO DOS
SERVIDORES PÚBLICOS E DOS SUBSÍDIOS DOS AGENTES
POLÍTICOS MUNICIPAIS DE SANTA MARIA DE JETIBÁ.**

O **PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA MARIA DE JETIBÁ, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO.** Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica ao Chefe do poder Executivo Municipal autorizado a conceder revisão geral dos salários, vencimentos e proventos do pessoal e dos subsídios dos Secretários Municipais e demais Agentes Públicos de acordo com a [Lei Municipal 2286/2019](#), no percentual de 3,50% (três virgula cinquenta por cento), a partir de 1º de Janeiro de 2022.

Parágrafo Único. O percentual descrito no *caput* repõe integralmente a inflação apurada pelo IPCA, no período de maio/2019 a abril/2020, no percentual de 2,40% e parcialmente a inflação apurada no período de maio/2020 a abril/2021, no percentual de 1,10%.

Art. 2º A revisão geral dos salários, vencimentos e proventos alcança todos os servidores públicos municipais da administração direta e indireta, dos Poderes Executivo e Legislativo Municipal, incluindo ativos, inativos, pensionistas, contratados temporariamente, comissionados e também os agentes políticos vinculados aos Poderes Executivo e Legislativo Municipal, em conformidade com o disposto no Art. 37, Inc. X da Constituição Federal.

Art. 3º As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta das dotações orçamentarias específicas, previstas na Lei Orçamentaria em execução no corrente exercício fiscal.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos à partir de 1º de Janeiro de 2022.

Art. 5º Revoga-se as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Santa Maria de Jetibá-ES, 12 de Janeiro de 2022.

**HILÁRIO ROEPKE
PREFEITO MUNICIPAL**

Este texto não substitui o original publicado e arquivado pela Câmara Municipal de Santa Maria de Jetibá.

**CONCEDE REVIS GERAL DA REMUNERAÇ O DOS
SERVIDORES PÚBLICOS E DOS SUBSÍDIOS DOS AGENTES
POLÍTICOS MUNICIPAIS DE SANTA MARIA DE JETIBÁ.**

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA MARIA DE JETIBÁ, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica ao Chefe do poder Executivo Municipal autorizado a conceder revisão geral dos salários, vencimentos e proventos do pessoal e dos subsídios dos Secretários Municipais e demais Agentes Públicos de acordo com a [Lei Municipal 2286/2019](#), no percentual de 5,66% (cinco virgula sessenta e seis por cento).

§ 1º O percentual descrito no caput repõe integralmente a inflação apurada pelo IPCA, no período de maio/2020 a abril/2021.

§ 2º A revisão geral dos salários, vencimentos e proventos será gradual e parcelada, nos percentuais e datas seguintes:

I – No mês de maio/2022 o percentual equivalente a 3,00% (três por cento);

II – No mês de janeiro/2023 o percentual equivalente a 2,66% (dois virgula sessenta e seis por cento).

Art. 2º A revisão geral dos salários, vencimentos e proventos alcança todos os servidores públicos municipais da administração direta e indireta, dos Poderes Executivo e Legislativo Municipal, incluindo ativos, inativos, pensionistas, contratados temporariamente, comissionados e também os agentes políticos vinculados aos Poderes Executivo e Legislativo Municipal, em conformidade com o disposto no Art. 37, Inc. X da Constituição Federal.

Art. 3º As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta das dotações orçamentarias específicas, previstas na Lei Orçamentaria em execução no corrente exercício fiscal.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos à partir de 1º de Maio de 2022.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrario.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Santa Maria de Jetibá-ES, 14 de Junho de 2022.

**HILÁRIO ROEPKE
PREFEITO MUNICIPAL**

Este texto não substitui o original publicado e arquivado pela Câmara Municipal de Santa Maria de Jetibá.

***CONCEDE REVISÃO GERAL DA REMUNERAÇÃO DOS
SERVIDORES PÚBLICOS E DOS SUBSÍDIOS DOS AGENTES
POLÍTICOS MUNICIPAIS DE SANTA MARIA DE JETIBÁ.***

—
O **PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA MARIA DE JETIBÁ, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO.** Faço

saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica ao Chefe do poder Executivo Municipal autorizado a conceder revisão geral dos salários, vencimentos e proventos do pessoal e dos subsídios dos Secretários Municipais e demais Agentes Públicos de acordo com a Lei Municipal 2286/2019, no percentual de 3% (três por cento), a partir de 1º de novembro de 2022.

§ 1º O percentual descrito no caput repõe parcialmente a inflação apurada pelo IPCA, no período de maio/2021 a abril/2022.

Art. 2º A revisão geral dos salários, vencimentos e proventos alcança todos os servidores públicos municipais da administração direta e indireta, dos Poderes Executivo e Legislativo Municipal, incluindo ativos, inativos, pensionistas, contratados temporariamente, comissionados e também os agentes políticos vinculados aos Poderes Executivo e Legislativo Municipal, em conformidade com o disposto no Art. 37, Inc. X da Constituição Federal.

Art. 3º As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias específicas, previstas na Lei Orçamentaria em execução no corrente exercício fiscal.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de 1º de novembro de 2022.

Art. 5º Revoga-se as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Santa Maria de Jetibá-ES, 22 de Novembro de 2022.

**HILÁRIO ROEPKE
PREFEITO MUNICIPAL**

Este texto não substitui o original publicado e arquivado pela Câmara Municipal de Santa Maria de Jetibá.

LEI Nº 2798, DE 15 DE MARÇO DE 2024**CONCEDE REVISÃO GERAL DA
REMUNERAÇÃO DOS
SERVIDORES PÚBLICOS E DOS
SUBSÍDIOS DOS AGENTES
POLÍTICOS MUNICIPAIS DE
SANTA MARIA DE JETIBÁ.**

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA MARIA DE JETIBÁ, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica ao Chefe do poder Executivo Municipal autorizado a conceder revisão geral dos salários, vencimentos e proventos do pessoal e dos subsídios dos Secretários Municipais e demais Agentes Públicos de acordo com a lei Municipal 2286/2019, no percentual de 4,18% (quatro vírgula dezoito por cento), a partir de 1º de março de 2024.

Parágrafo único. O percentual descrito no *caput* repõe integralmente a inflação apurada pelo IPCA, no período de maio/2022 a abril/2023.

Art. 2º A revisão geral dos salários, vencimentos e proventos alcança todos os servidores públicos municipais da administração direta e indireta, dos Poderes Executivo e Legislativo Municipal, incluindo ativos, inativos, pensionistas, contratados temporariamente, comissionados e também os agentes políticos vinculados aos Poderes Executivo e Legislativo Municipal, em conformidade com o disposto no Art. 37, Inc. X da Constituição Federal.

Art. 3º As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias específicas, previstas na Lei Orçamentaria em execução no corrente exercício fiscal.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de 1º de março de 2024.

Art. 5º Revoga-se as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Santa Maria de Jetibá-ES, 15 de março de 2024.

**HILÁRIO ROEPKE
PREFEITO MUNICIPAL**

Este texto não substitui o original publicado e arquivado pela Câmara Municipal de Santa Maria de Jetibá